



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 678/2021/PGE-PCC

Referência: Processo administrativo nº 0033.180170/2019-08 - Pregão Eletrônico nº 063/2020/CEL/SUPEL/RO.

Procedência: Equipe de Licitação CEL/SUPEL.

Interessado: Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS/RO.

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento completo (transporte, manuseio, instalação, montagem, automação e treinamento técnico para operação) de Estação Compacta de Tratamento de Esgotos - ECTE por processo anaeróbio, fase aeróbia e por fim sistema de desinfecção, projetada para tratamento de esgoto sanitário, localizadas nas dependências de unidades prisionais do estado de Rondônia, que integra a Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS/RO.

Valor estimado: R\$ 1.155.185,73.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, E A COMPROVAÇÃO, EM SEDE DE DILIGÊNCIA, QUE CONTRATARÁ PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS. HABILITAÇÃO JURÍDICA REGULAR. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL POR MEIO DE ACERVO TÉCNICO. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO PREGOEIRO.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA** (0019084003), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002.
2. Houve apresentação de contrarrazões pela licitante **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI** (0019084094).
3. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
4. Abrigam os autos o **Pregão Eletrônico nº 063/2020/CEL/SUPEL/RO**.

II - ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e

tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III - DAS RAZÕES DE RECURSO DA LICITANTE A PORTO CONSTRUÇÕES (0019084003)

6. A Licitante **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA**, ora Recorrente, apresenta inconformismo com a habilitação da recorrida **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI**.

7. Alega a recorrente que a recorrida não apresentou a declaração de que caso seja vencedora contratará pessoas presas ou egressas, exigida no subitem 13.6 do edital.

8. Aduz que os atestados de capacidade apresentados não atendem integralmente as exigências do edital, deixou de apresentar a Certidão de Acervo Técnico Profissional - CAT do responsável técnico José Casemiro Junio de Siqueira Oliveira, apresentou CAT do profissional Gilberto das Dores Moraes do Amaral que não faz parte do quadro técnico permanente da empresa, descumprindo os subitens 13.8.2, 13.8.3, 13.8.4 e 13.8.5 do edital.

9. Pugna a recorrente **PORTO** pela procedência do recurso, para inabilitar a recorrida **ATIBAIA** no certame.

IV - DAS CONTRARRAZÕES PELA LICITANTE ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI (0019084094)

10. A contrarrazoante **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI**, defende que, apresentou documentação suficiente para comprovar a qualificação técnica da empresa e dos profissionais exigida no edital, tendo a expertise necessária para a realização dos serviços pretendidos.

11. Sustenta que, apresentou vários atestados tanto de direito público quanto privado e o que edital não exige que a capacidade do profissional deverá ser comprovada apenas pela CAT.

12. Afirma que o atestado que consta o nome do Sr. Gilberto das Dores Moraes do Amaral serve para comprovar a capacidade operacional da empresa e não do profissional.

13. Aponta como responsável técnico o Sr. José Casemiro, Engenheiro Civil e Adalbert Braga, Engenheiro Sanitarista, tendo apresentado o contrato de prestação de serviços técnicos, atendendo o edital.

14. Quanto a certidão de que empregará egressos e pessoas privadas de liberdade, defende que não consta tal exigência no subitem 13.2 do Termo de Referência e no sistema comprasnet consta todas as declarações. Além do que, afirma que possui em seu quadro de funcionários, pessoas que se encaixam na Declaração mencionada, e que preenche o disposto no Decreto nº 9.450/2018, o qual poderá ser confirmado por meio de diligências.

15. Requer a improcedência do recurso interposto, para manter inalterada a decisão que a habilitou no certame.

V - DECISÃO DA PREGOEIRA (0019158205)

16. Compulsando os autos, verifica-se que o Pregoeiro julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA**, mantendo a decisão que habilitou a recorrida **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI** no certame.

VI - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

17. Em síntese, a recorrente **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA** alega que a recorrida **ATIBAIA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI**, descumpriu as seguintes regras: **i) não apresentou a declaração de contratará pessoas presas ou egressas, exigida no subitem 13.6 do edital; ii) não comprovação da qualificação técnica, descumprindo os subitens 13.8.2, 13.8.3, 13.8.4 e 13.8.5 do edital;**

a) Em relação a declaração afirmando que a empresa contratará pessoas presas ou egressas, exigida na alínea "g", subitem 13.6, do edital:

18. Compulsando os documentos apresentados pela recorrida (0018844625 e 0018846029), verifica-se de fato a não apresentação de tal declaração.

19. Não obstante a ausência da declaração, a recorrida declara estar de acordo com todas as cláusulas do edital, aceita todas as obrigações e responsabilidades (0018844625 - pág. 03) e possuir aparelhamento técnico e pessoal devidamente treinado, adequados e disponíveis para a realização dos serviços (0018846029).

20. Além disso, em fase de diligência, a recorrida afirmou que possui em seu quadro de funcionários que se encaixam na condição de apenado ou egresso do sistema prisional, nos termos do Decreto nº 9.450/2018, para tanto apresentou contrato de trabalho, ficha de registro dos empregados, bem como os documentos pessoais do empregado (0019158162).

21. A promoção de diligência em qualquer fase do certame é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de *"diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas"*.

22. Destarte, restou claro que a recorrida supriu a lacuna quando do envio de declaração de concordância com o Edital e Termo de Referência. Corroborou para sua habilitação o fato de ter demonstrado possuir funcionários que se encaixam na condição de apenado ou egresso do sistema prisional, o que demonstra que atenderá a exigência ora debatida no momento da contratação.

23. Por outro lado, de acordo com o Decreto nº 25.783, de 1º de Fevereiro de 2021, que regulamenta a matéria em âmbito estadual, a empresa contratada (na fase de contratação), deverá apresentar declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal no Estado, onde os serviços serão prestados quanto à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional aptas para a execução dos serviços, objeto da licitação e caso não haja disponibilidade de pessoas aptas, a licitante deverá apresentar declaração indicando essa condição, no qual estará isenta de contratar pessoas que se enquadram nessa situação.

24. Observa-se ainda que, a recorrida cumpriu todas as regras do Termo de Referência e do art. 28, da Lei nº 8.666/93, relativos a habilitação jurídica.

25. Assim sendo, analisando o caso concreto, conclui-se que a ausência da declaração de que a empresa se vencedora contratará pessoas presas ou egressas, não é motivo por si só para a inabilitação da recorrida, quando a mesma comprovar que irá atender a exigência em momento oportuno, sob pena de sofrer as sanções cabíveis.

26. Sabe-se que o procedimento licitatório está vinculado ao formalismo, no qual os atos devem se desenvolver em observância os princípios que o embasam, principalmente, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório.

27. Entretanto, o rigor excessivo e incoerente não é admissível pelos tribunais, de modo a não se sobrepor os meios aos fins almejados. Sendo assim, o ato de julgar deve estar sempre contido de

razoabilidade e proporcionalidade.

28. Sobre o exposto, o Poder Judiciário está inclinando seu entendimento no sentido de que o procedimento licitatório não deve ser pautado no Princípio do Formalismo Exacerbado, de modo a desvirtuar sua finalidade pública.

29. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)".

30. Por fim, o Tribunal de Contas da União orienta a aplicação do Princípio do Formalismo Moderado durante a condução do certame licitatório, afastando interpretação que acarrete exigências demasiadamente formais, gerando aquisições desvantajosas para a Administração Pública (acórdão n. 357/2015-plenário).

31. Logo, os argumentos levantados pela recorrente se mostram insuficientes para a reforma da decisão do Pregoeiro.

32. Cabe ressaltar a obrigação da empresa recorrida entregar o objeto de acordo com especificação técnica do Edital e consequentemente da proposta, e que o não cumprimento das regras do edital, levam a efeito a imputação de multas e demais sanções consignadas na peça balizadora do certame, cabendo o Órgão interessado a sua fiscalização.

b) Quanto a comprovação da qualificação técnica, exigida nos subitens 13.8.2, 13.8.3, 13.8.4 e 13.8.5 do edital:

33. Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos. Portanto, quanto a este ponto não existe aspecto jurídico a ser analisado.

VII - CONCLUSÃO

34. Ante o exposto, sob o viés jurídico, **esta Procuradoria não vislumbra qualquer irregularidade na decisão do Pregoeiro, a qual julgou improcedente o recurso apresentado pela recorrente.**

35. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 e arts. 8º, § 3º c/c 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

36. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 03/08/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019632253** e o código CRC **D24EAE06**.



Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0033.180170/2019-08

SEI nº 0019632253